

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA COORDENAÇÃO DE
PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES DO SENADO FEDERAL**

Pregão Eletrônico N° 90147/2024

Processo n° 00200.014753/2024-21

UCAN TECNOLOGIA EM TRANSMISSÕES LTDA., registrada sob o CNPJ/MF. 09.368.430/0001-35, com sede na Praça Dom José Gaspar, 134 – CJ 51 – sala 01 – República – São Paulo – SP – Cep. 0147-010, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 165, da Lei 14.133/21, apresentar **RECURSO** em face da decisão que habilitou a empresa **2LIVE STREAMING TELECOMUNICAÇÕES DIGITAL LTDA** no **Pregão Eletrônico n° 90147/2024**.

I. RESUMO DA QUESTÃO

Em 26/12/2024, foi realizado o **Pregão Eletrônico n° 90147/2024** para: contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de unidades móveis e portáteis de telejornalismo, do tipo mochilink, e de outros equipamentos eletrônicos necessários para seu uso, incluindo diárias para uso internacional, e locação de serviço de internet móvel e portátil via satélite, para a **Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal**., conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do presente edital.

A empresa que aparentemente ofertou o melhor lance não apresentou documentação comprobatória com validade jurídica e alinhada às exigências editalícias e dessa forma não cumpriu os requisitos mínimos necessários para sua habilitação no certame, nos exatos termos previstos nesse edital.

No dia 27 de janeiro de 2024 a pregoeira abriu campo para registro de intenção de recurso onde a empresa **UCAN TECNOLOGIA EM TRANSMISSÕES LTDA.** manifestou interesse recursal no intuito de se fazer cumprir a lei e as exigências editalícias e por conseguinte que seja declarada inabilitada e desclassificada a empresa **2LIVE STREAMING TELECOMUNICAÇÕES DIGITAL LTDA.**

II. DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 5º da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, conforme segue:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da VINCULAÇÃO AO EDITAL, do julgamento objetivo, da SEGURANÇA JURÍDICA, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). **grifos nossos***

Cabe destacar ainda que a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos. Isso ocorre, pois, a Administração está vinculada à lei, podendo exercer o controle da legalidade de seus atos por meio do princípio da autotutela, sesses termos:

"a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos". Súmula 346, do Supremo Tribunal Federal

"a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal

Outrossim, a autotutela refere-se também ao poder da Administração de zelar pelos bens que integram seu patrimônio, sem a necessidade de título fornecido pelo Judiciário.

Dito isso, passa-se às razões do recurso interposto pelos fatos e direitos a seguir expostos.

III. DA INABILITAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA 2LIVE STREAMING TELECOMUNICAÇÕES DIGITAL LTDA

As exigências dos editais em conformidade com a legislação vigente são requisitos indispensáveis para a participação das empresas no certame e devem ser obedecidos e respeitados em sua integralidade.

Nesse sentido, insta destacar que uma das condições para que as empresas interessadas em prestar serviços à Administração Pública e participar de processos licitatórios é a apresentação do conjunto de requisitos formais, técnicos e financeiros para executar o objeto do certame.

Todos os documentos em sede de licitações devem ser fidedignos, atestados pelo ente competente por sua emissão, contendo informações que possam permitir à administração pública e aos demais licitantes do pregão checar a veracidade e legalidade da documentação apresentada.

Na mesma toada, insta destacar que não devem ser aceitos documentos adulterados, rasurados ou emendados.

Nota-se em substância que o licitante arrematante **2LIVE STREAMING TELECOMUNICAÇÕES DIGITAL LTDA** apresentou documentações em desconformidade com o edital onde podem ser observadas diversas irregularidades devendo ser inabilitada e desclassificada do certame.

A **condição de participação no certame está vinculada à apresentação de boa documentação** nos exatos termos previstos no edital, essa é uma obrigação condicionada a todos os participantes do certame em igualdade de condições.

O edital é um instrumento público e disponível a todos, devendo, os interessados, ler atentamente suas disposições para que ofereçam à Administração Pública todas as condições formais e materiais para seu atendimento.

Temos assim que para participação e habilitação do certame licitatório é indispensável o cumprimento na íntegra das exigências editalícias.

O não cumprimento de quaisquer uma dessas exigências deverá incidir na inabilitação ou desclassificação do licitante, regra essa válida para todos aqueles participantes interessados em contratar com a administração pública, **sem exceção.**

a) Das irregularidades da proposta apresentada

A proposta, em conjunto com as demais documentações do edital, deverá obedecer às exigências editalícias tanto com relação ao objeto licitado, valores e prazos, bem como com relação à sua formalidade.

Todas as exigências em conformidade com a legislação vigente são indispensáveis para a participação das empresas no certame e devem ser obedecidas e respeitadas em sua integralidade, o que não observamos no presente processo licitatório, conforme veremos a seguir.

O fornecedor **2LIVE STREAMING TELECOMUNICAÇÕES DIGITAIS LTDA** foi convocado às 10:22:28h do dia

26/12/2024 para apresentar os anexos do item G1, ou seja, o envio da proposta ajustada conforma fase de lances, transcrevemos aqui a mensagem que consta no chat do pregão:

Enviada em 26/12/2024 às 10:22:28h

Mensagem do Pregoeiro

Item G1

*Sr. Fornecedor 2LIVE STREAMING TELECOMUNICACOES DIGITAIS LTDA, CNPJ 33.178.979/0001-41, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: **12:24:00** do dia **26/12/2024**. Justificativa: **Solicito o envio de proposta ajustada conforme fase de lances e documentação de habilitação não disponível no SICAF da empresa.***

A proposta original solicitada fora criada no dia 26/12/2024 às 10:28:11 conforme informação registrada nas propriedades do documento pdf, e fora enviada no mesmo dia 26/12/2024 às 10:32:00hs, conforme consta no chat do pregão.

No entanto, após a análise do **SECOM** sobre a proposta e atestado de capacidade técnica, fora novamente solicitado ao Fornecedor **2LIVE STREAMING TELECOMUNICACOES DIGITAIS LTDA. o envio da mesma proposta atualizada** contendo a marca e os modelos dos equipamentos que seriam utilizados a prestação do serviço, conforme consta no chat do pregão:

Enviada em 26/12/2024 às 15:37:40h

Mensagem do Pregoeiro

“Informamos que o atestado de capacidade técnica atende ao edital. Solicitamos que, para os itens de 1 a 4, além da marca, a licitante informe os modelos dos equipamentos que serão utilizados na prestação do serviço”.

Para esse segundo item o licitante arrematante apresentou proposta com indícios de rasura e supressão de palavras por meio de risco ou raspagem, para fazer cumprir a solicitação nos autos do pregão.

Restam claros os indícios de que não houve emissão de nova proposta original, com a assinatura do representante legal da empresa, mas sim, a adulteração dos termos solicitados por meio da supressão dos anteriores, em cima de um documento anteriormente assinado.

Tal indício pode ser facilmente constatado no próprio corpo da proposta que apresenta adulteração, indícios esses que saltam aos olhos de qualquer leigo.

Nessa mesma toada insta destacar que a modificação fora efetuada às 15:45:29 do dia 26/12/2024, conforme registro nas propriedades do documento pdf apresentado.

A adulteração de documento particular extrapola os limites estabelecidos no edital, pois caso constatado por perícia, incide em crime previsto artigo 298 do DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940:

Falsificação de documento particular

Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Ora, em situação hipotética, por hora, como receberia o Ministério Público a denúncia de que sem sede de pregão eletrônico fora aceita pela administração pública, documentação com manifestos indícios de fraude e adulteração de documentos?

A administração pública estaria autorizada a admitir documentos com indícios de rasuras ou fraude em sede de licitação, sem respaldo técnico de perícia?

Seria permitido infinitos prazos sucessivos para se sanar vícios de documentação em sede de pregão eletrônico?

O que insurgimos por hora é sobre o fato de a licitante não ter apresentado o documento original no prazo concedido e nos termos dos itens 10.1.4 e 11.4.3 do edital, em caso de não envio dos documentos no prazo concedido, ou expirada eventual prorrogação concedida pelo pregoeiro, a licitante deverá ser desclassificada/inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas no edital e no Ato da Diretoria-Geral nº 15/2022.

Ante o exposto restam claras as irregularidades insanáveis da proposta do ora arrematante licitante, que deve ser inabilitado/desclassificado por não cumprir as exigências editalícias.

b) Da inabilitação por qualificação econômico-financeira e apresentação de documentação complementar

É cediço que toda documentação em cede de licitação pública deve ser boa e apresentada nos termos da legislação vigente.

Os documentos particulares devem ser apresentados na sua forma original e assinados pelo representante legal da empresa interessada em participar do certame.

Os documentos públicos e certidões devem ser apresentados com o prazo de validade não expirado e contendo as chaves de identificação públicas que possibilitam a checagem da veracidade e validade da documentação apresentada.

Dito isso, temos que a licitante **2LIVE STREAMING TELECOMUNICACOES DIGITAIS LTDA** não apresentou balanço patrimonial com devido registro na Junta comercial, sendo convocada a apresentar a documentação conforme mensagem enviada no chat do pregão:

Enviada em 26/12/2024 às 10:56:58h

Mensagem do Pregoeiro

Item G1

Para 33.178.979/0001-41 - No SICAF da empresa, apenas identifiquei Certidão de falência vencida em novembro de 2024 e Balanço Patrimonial sem registro na Junta Comercial. Portanto, questiono, V. Senhoria dispõe de tais documentos para envio?

Assim, fora convocada às 11:03:26h do dia 26/12/2024 para apresentar o balanço patrimonial do exercício anterior, com registro na junta comercial, transcrevemos aqui o texto do chat do pregão:

Enviada em 26/12/2024 às 11:04:45h

Mensagem do Pregoeiro

Item G1

*Sr. Fornecedor 2LIVE STREAMING TELECOMUNICACOES DIGITAIS LTDA, CNPJ 33.178.979/0001-41, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. **Prazo para encerrar o envio: 13:05:00 do dia 26/12/2024.** Justificativa: Solicito o envio de Balanço Patrimonial do exercício anterior, com registro na Junta Comercial, bem como certidão negativa de falência válida..*

A documentação solicitada fora enviada às 11:04:45h, encerrando assim o prazo, transcrevemos aqui o texto do chat do pregão:

Enviada em 26/12/2024 às 11:04:45h

Mensagem do Participante
Item G1
De 33.178.979/0001-41 - Arquivos enviados

Ocorre que a documentação referente ao Balanço Patrimonial enviada pela licitante **2LIVE STREAMING TELECOMUNICACOES DIGITAIS LTDA** carece do devido registro na Junta Comercial e Receita Federal nos termos da legislação vigente.

Diante disso resta clara a motivação para a desclassificação da licitante **2LIVE STREAMING TELECOMUNICACOES DIGITAIS LTDA** por não apresentar boa documentação nos termos da lei.

No entanto fora aberto novo prazo no dia 27/12/2024 às 11:39:44h para a licitante **2LIVE STREAMING TELECOMUNICACOES DIGITAIS LTDA** apresentar, **mais uma vez**, a mesma documentação, transcrevemos a mensagem do chat:

Mensagem do Pregoeiro

Item G1

Sr. Fornecedor 2LIVE STREAMING TELECOMUNICACOES DIGITAIS LTDA, CNPJ 33.178.979/0001-41, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 14:40:00 do dia 27/12/2024. Justificativa: Solicito o envio de contrato social da empresa sócia BEDESER, bem como o recibo de entrega à RFB do BP via SPED..

Enviada em 27/12/2024 às 11:39:44h

A documentação solicitada fora enviada às 11:44:00h, encerrando assim, mais uma vez, o prazo. Transcrevemos aqui o texto do chat do pregão:

De 33.178.979/0001-41 - O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:44:00 de 27/12/2024. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor 2LIVE STREAMING TELECOMUNICACOES DIGITAIS LTDA, CNPJ 33.178.979/0001-41.

Enviada em 27/12/2024 às 11:44:00h

Aceitar documentação posterior ao prazo estabelecido ou permitir sucessivos prazos para sua apresentação viola os princípios da livre concorrência, seria o

mesmo que admitir novos lances aos demais licitantes depois de encerrada as fases de lances no pregão.

Imperioso destacar que por mais de uma vez fora concedido prazo para apresentação de documentação regular e que não fora apresentada documentação nos termos da legislação vigente.

Imperioso destacar que é vedado ao agente público estabelecer preferência ou distinções entre licitantes nos termos do artigo 9º da lei LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

Após a entrega da documentação para habilitação não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos com exceção daqueles em sede de diligência para completar informações ou atualizar documentos cuja validade tenha sido expirada:

Art. 64. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - **Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.**

O parágrafo primeiro desse mesmo artigo de lei determina que a comissão de licitação poderá sanar apenas erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica:

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas **que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica**, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

Entendemos que a falta da chave de certificação de entrega com o número do recibo em cada uma das páginas do balanço patrimonial e do demonstrativo de resultados do exercício alteram a validade jurídica do documentos e, dessa forma, nos termos do artigo 64 supracitado da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, não poderia ser sanado em sede de diligências, devendo ainda a licitante **2LIVE STREAMING TELECOMUNICACOES DIGITAIS LTDA** ser responsabilizada administrativamente nos termos do artigo 155 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

A empresa **2LIVE STREAMING TELECOMUNICACOES DIGITAIS LTDA** em sua última oportunidade apresentou apenas o recibo de entrega do Sped mas **o Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado do Exercício apresentados NÃO possuem as chaves eletrônicas que comprovam sua entrega.**

O balanço patrimonial e demonstrativo de resultados declarados no sistema Sped, para que possuam validade jurídica para todos os fins, necessitam que constem no rodapé de cada página o número do recibo de autenticação, da seguinte forma:

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número:(número do recibo de entrega da declaração), nos termos do Decreto nº 8.683/2006

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

O balanço patrimonial e demonstrativo de resultados apresentados pela licitante arrematante não possuem validade jurídica, se tratam de arquivos para mera visualização, uma espécie de rascunho para conferência, que pode aceitar qualquer alteração de forma discricionária e não possuem qualquer validade jurídica.

A instrução normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021 regula o tema e estabelece a obrigatoriedade das credenciais de chave públicas para garantir a autoria, autenticidade, integralidade e a validade jurídica do documento digital, nesses termos:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD) a que são obrigadas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, e sobre a forma e o prazo de sua apresentação.

Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

III - Balancetes Diários e Balanços, e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Parágrafo único. Os livros contábeis e documentos mencionados no caput devem ser assinados digitalmente, com certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021

Ora, em situação hipotética, por hora, como receberia o Tribunal de Contas da União a denúncia de que em sede de pregão eletrônico fora aceita pela administração pública, documentação sem validade jurídica?

Assim, de acordo com os itens 10.1.4 e 11.4.3 do edital, em caso de não envio dos documentos no prazo concedido ou expirada eventual prorrogação concedida, a licitante deverá ser desclassificada/inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas no edital e no Ato da Diretoria-Geral nº 15/2022.

Diante de tamanhas irregularidades nas documentações apresentadas pela licitante arrematante entendemos como temerária a manutenção da empresa **2LIVE STREAMING TELECOMUNICAÇÕES DIGITAL LTDA** como vencedora do certame, devendo ser inabilitada e desclassificada.

Outrossim, atestando a saúde financeira e jurídica da empresa **UCAN TECNOLOGIA EM TRANSMISSÕES LTDA.**, gostaríamos de destacar que:

A empresa **UCAN TECNOLOGIA EM TRANSMISSÕES LTDA.** possui expertise de mais de 15 anos nesse seguimento, atendendo as principais emissoras do país e com presença em todo território nacional.

A empresa **UCAN TECNOLOGIA EM TRANSMISSÕES LTDA.** se destaca ainda por possuir um corpo de engenheiros e profissionais capacitados que prestam suporte no Brasil e no exterior.

A empresa **UCAN TECNOLOGIA EM TRANSMISSÕES LTDA** é uma empresa pertencente ao grupo **ARBO**, com 36 anos de história, com mais de 380 colaboradores em 12 marcas que atuam em 10 diferentes seguimentos, com escritórios em São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Lisboa e presença comercial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Angola e Moçambique.

A empresa **UCAN TECNOLOGIA EM TRANSMISSÕES LTDA** estabelece em seus negócios e procedimentos internos total conformidade com a lei anticorrupção 12.846/2013.

A empresa **UCAN TECNOLOGIA EM TRANSMISSÕES LTDA**, possui todos os requisitos técnicos, comerciais e econômico-financeiros para ser declarada vencedora do certame.

IV. DOS REQUERIMENTOS

Frente ao exposto, requer a Licitante **UCAN TECNOLOGIA EM TRANSMISSÕES LTDA**:

a) Seja considerada inabilitada e desclassificada a empresa **2LIVE STREAMING TELECOMUNICAÇÕES DIGITAL LTDA**, por não atender às exigências mínimas para participação do certame, por apresentar proposta comercial rasurada e por não apresentar o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício nos termos da legislação vigente e das exigências do edital.

b) Seja acolhido o presente recurso para que sejam corretamente observadas as regras aplicáveis à situação concreta, com a consequente convocação da empresa **UCAN TECNOLOGIA EM**

TRANSMISSÕES LTDA, seguindo a ordem de convocação dos classificados, para apresentar documentação em conformidade com as exigências do edital.

c) De forma suplementar, em caso de não reconsideração, que sejam remetidos os autos ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, caso haja entendimento em sentido diverso, com fulcro no princípio da motivação dos atos administrativos, requer sejam integralmente esclarecidas as razões apontadas quando da promulgação da decisão administrativa, para que sejam corretamente analisadas e tomadas as medidas cabíveis pela representante.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 02 de janeiro de 2025.

UCAN TECNOLOGIA EM TRANSMISSÕES LTDA.

Valquiria de Oliveira Gonçalves

CPF: 063.860.218-19